

## As psicologias e os psicólogos: das «clivagens» à unidade (\*)

FREDERICO PEREIRA

Num dos últimos números do *Jornal de Psicologia*, editado no Porto, encontram-se dois pequenos trabalhos que é interessante comentar, na medida em que dizem respeito à Psicologia e sua unidade, aos psicólogos e ao seu exercício profissional. Trata-se do artigo de Óscar Gonçalves («O Bom e o Mau Seio: Apologia da unidade da Psicologia e dos psicólogos em Portugal») e uma moção da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia (APLP).

Dada a importância da matéria — senão da forma como é abordada — abrimos, em *Análise Psicológica*, excepcionalmente, um pequeno espaço para apresentar algumas considerações eventualmente oportunas.

### I

Óscar Gonçalves, através de uma metáfora kleiniana, sugere ser tempo, para os psicólogos, de assumirem a «posição depressiva», deixando de se dividir e ao mundo em

coisas boas e más, incomunicáveis. Faz a Apologia da Unidade. «Sem dúvida — diz ele — que, para promover o desenvolvimento psicológico das pessoas sobre as quais intervêm, os psicólogos terão de cuidar do seu próprio desenvolvimento, abrindo o caminho para a sua unidade através da construção de pontes entre as várias teorias, abandonando divisões que se constroem nas barreiras fictícias das associações, nas redes imaginárias dos departamentos ou nos altares nebulosos das cátedras»<sup>(1)</sup>. Apesar de ter algumas dúvidas quanto ao carácter fictício ou imaginário das associações ou dos departamentos, não posso deixar de concordar com a ideia unitária expressa. Mas, *mais do que isso*, ligado como estou à mais antiga Escola Superior de Psicologia em Portugal, que formou a maioria dos psicólogos em exercício profissional, embora tenha sido objecto dos mais vigorosos e injustos ataques num passado recente (por parte dos próprios licenciados? por parte dos «altares nebuloso-

(\*) Este contributo para a discussão da «Unidade dos Psicólogos» é da *responsabilidade estrita do seu autor*. Não envolve, portanto, de nenhuma maneira, o ISPA ou quaisquer outras instituições ou estruturas nele mencionadas.

(1) A propósito, gostaria de dizer que, ao contrário da opinião de Óscar Gonçalves, me parece que as Cátedras, em Portugal, não são «altares» nem são «nebulosos». Ou são Cátedras, dignas de respeito e de consideração, ou são só «altares nebulosos».

sos?»?), em que as «tertúlias dos cafés manhosos», como as qualifica Óscar Gonçalves, não se dedicavam apenas a comentar, hilariantes, «passagens de M. Klein», mas também a referir, em jeito de «grande potência» e com alguma indignação, a existência dos «psicólogos da Feira», dos «bacharéis em Psicologia», a recusar entrar no Sindicato Nacional de Psicólogos, ao lado de «não-licenciados» (!), para formar uma *Associação de Licenciados em Psicologia*, à parte, e a sugerir, por todos os meios, implícita e explicitamente, que essa Escola (o ISPA, como se deduz) deveria fechar, «porque agora já havia Faculdades» — ligado como estou a essa Escola, diria eu, congratulo-me (como, decerto, a maioria daqueles por ela diplomados) em ver agora em curso uma Apologia da Unidade — enfrentando-se mesmo os «perigos da posição depressiva» e o risco de «um retorno apetecível à posição fetal».

Em meu entender, porém, a Unidade *não se pode construir em bases ambíguas, e muito menos mediante a «repressão»* (para utilizar estas metáforas de cujo gosto duvido) *de um passado recente*. Pelo contrário, só trazendo à superfície as verdadeiras razões das «clivagens», assim como a «fenomenologia» que as acompanha, só tornando possível uma apropriação cognitiva dos problemas em causa, será possível construir mais do que uma Ilusão, ou, o que seria pior, uma *palavra* destinada a cobrir objectivos tácticos pontuais. Não é verdade que a *confiança* é condição de unidade, e que, destruída a confiança, muitas razões sobejam para um recuo para as clivagens «esquizo-paranóides»?

E se digo isto, é porque já vi, em muitos locais, em muitos contextos, e em muitas matérias, abundantes apelos à Unidade, com objectivos subjacentes «de facto» anti-unitários. O esclarecimento mútuo, e o *esclarecimento mútuo em pé de igualdade*, impõe-se, portanto.

## II

E o esclarecimento impõe-se tanto mais quanto, ao lado do artigo de Óscar Gonçalves, é publicada uma moção da *Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia* (APLP), que também *«aposta na unidade e no diálogo entre psicólogos»*.

Ora essa moção é, no mínimo, ambígua — e, sem querer pôr em causa, à partida, o seu desejo de unidade e de diálogo, merece alguns comentários.

Nela se lê:

«Considerando:

1.º Que a situação criada com o aparecimento das licenciaturas em Psicologia por universidades portuguesas veio a introduzir uma *alteração radical* na formação de psicólogos no nosso país, até à data sem uma licenciatura específica»;

Não é claro em que é que a criação de licenciaturas introduziu uma *alteração radical*. Que introduziu uma alteração, é evidente. Que ela seja *radical* não se vê em quê. Ou, alargando o mesmo raciocínio, a criação de uma licenciatura em sociologia também terá sido uma alteração radical? E a criação de uma licenciatura em Ciências da Conduta? E a criação de um Mestrado em Gestão? E o aparecimento do Mestrado em História da Arte? Tudo isso terá sido um enorme conjunto de alterações *radicais*? Então teremos de concluir que a nossa vida universitária está cheia de «alterações radicais», o que poderia ser inquietante por excesso de radicalismo...

Diferentemente, a meu ver, acontece apenas que se criaram condições para formar psicólogos também a nível do Ensino Superior Público, primeiro com os cursos Superiores de Psicologia, e depois com as Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação, e que isso foi um acontecimento de grande interesse, dadas as carências assustadoras do nosso país no campo da Psicologia.

Assim, a formação *Superior* em Psicologia, *assegurada autonomamente pelo Insti-*

*tuto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) desde há 20 anos, alargou-se ao quadro do Ensino Superior Público.*

O que isso tem de *radical* é, contudo, pouco claro.

(Dir-se-ia que a criação de um mestrado em História da Arte, por exemplo, parecia mais radical, pois antes dela não havia nenhuma formação autónoma e específica em História da Arte. Mas os «mestrados» em História da Arte ainda não se organizam em «Associação Portuguesa de Mestres em História da Arte», para transformarem a criação do seu mestrado em acontecimento radical. Também, diga-se já, não parece estar isso nos seus projectos, nem tão pouco nos dos seus professores).

«2.º Que, contra o que seria legítimo esperar, a nova situação criada não desencadeou as consequentes alterações na regulamentação do exercício profissional».

Aqui, a ambiguidade é ainda maior, convenhamos. Quais são as «alterações da regulamentação do exercício profissional» que «seria legítimo esperar»?

Em primeiro lugar, diga-se que existia e existe um Sindicato Nacional de Psicólogos que regulamentava — e, até ver, regulamenta — a actividade profissional e a obtenção da respectiva carteira. Esse Sindicato, tanto quanto sei, sempre revelou espírito de abertura e procedimento responsável e democrático. Que instrumentos seria então necessário implementar para proceder às atrás referidas «alterações», e quais seriam eles? Os primeiros licenciados em psicologia pelo Ensino Superior Público Português não teriam podido, desde logo, inscrever-se no Sindicato Nacional de Psicólogos, e discutir, então, as condições de exercício profissional que lhes pareciam desejáveis? Não poderiam propor, dessa maneira, as novas normas regulamentares que entendessem mais urgentes?

Porque não o fizeram, e foram criar uma *Associação de Licenciados em Psicologia?*

Porque quiseram desenvolver uma estratégia paralela ao Sindicato Nacional de Psicólogos com vista à constituição de uma *Ordem de Psicólogos* — estratégia que, além de me parecer anacrónica, esteve ontem, está hoje e estará amanhã, julgo eu, *condenada ao fracasso?*

Penso que a elucidação destas questões é uma condição importante para a criação de um verdadeiro espírito unitário.

Mas continua a moção:

«3.º Que paralelamente à existência de licenciaturas em psicologia, continua a funcionar um curso superior de psicologia no seio de uma instituição privada que, embora não dando acesso à licenciatura, assegura a possibilidade de obter a carteira profissional, resultando daqui um evidente prejuízo quer para os licenciados, quer para os diplomados em psicologia».

Agora o assunto torna-se ainda menos claro.

Antes de entrar no vivo do assunto, gostaria de sublinhar que me parece que os diplomados pelo ISPA, com largos anos de experiência profissional e pais ou mães de família, não necessitam que os jovens licenciados se preocupem com os prejuízos que para eles, diplomados, advém de exercerem uma actividade profissional e de terem uma carteira profissional que idoneamente obtiveram.

Talvez os diplomados pelo ISPA preferissem não ter os prejuízos que a APLP refere na sua moção, e antes desejassem não terem carteira profissional, não exercerem a actividade de psicólogos, e estarem em situação de desemprego. A título de hipótese metodológica, posso admitir a ideia, mas como não sou diplomado pelo ISPA, não me pronuncio sobre o assunto. Parece-me que seria de perguntar aos diplomados pelo ISPA se não prefeririam estar desempregados, para não sofrerem os prejuízos que a APLP aponta.

Mas, decerto, estou a interpretar mal o conteúdo da moção. O que ela deve querer dizer é que tanto os licenciados como os *antigos diplomados* são prejudicados pelo facto de *futuros diplomados* virem a obter a carteira profissional. Os licenciados querem assim unir-se aos já diplomados contra a Escola que os formou. Assim, todos, antigos diplomados pelo ISPA e licenciados pelo Ensino Superior Público, *muito unidos*, defenderiam o mercado de trabalho! Já agora, porque não sugerir aos médicos que enfrentam já o espectro do desemprego, ou aos licenciados em Direito, e assim sucessivamente, que se unam para, nas respectivas Ordens, decidirem que é melhor impedir o acesso ao exercício profissional de uma percentagem qualquer de novos licenciados em Direito, ou em Medicina, etc., para evitar os prejuízos que para os antigos advém da situação de emprego difícil que atravessa o nosso país? E se, declaradamente, se fechassem algumas Faculdades?

E se digo isto, é *porque o que transparece do ponto 3 da moção da APLP, embora não seja explicitamente enunciada, é essa bizantina ideia de que o ISPA devia encerrar as suas portas, ou, caso isso seja impossível, não deveria dar acesso à carteira profissional.*

Ideia bizantina, ilógica e irracional — que, contudo, até já teve expressão pública na rádio. E que *não esqueçamos que o ISPA já cá estava há muitos anos quando as Faculdades foram criadas*, e das duas uma: ou era inteiramente integrado na vida universitária pública (o que foi tentado, não sei de que forma), ou continuava a funcionar. *Como continuou, e continuará.* Mas o que não tem lógica, e é irracional, é essa peregrina ideia de que se criam cursos para fechar outros, que se criam instituições para encerrar outras — e isto ao sabor dos pensamentos produzidos em alguns dos «altares nebulosos».

Infelizmente, as *propostas* da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia,

vêm confirmar as dúvidas e as dificuldades de interpretação relativas aos *considerandos* atrás comentados.

1 — Propõe a Associação contactar com as várias sociedades e associações, as Faculdades e o ISPA, com vista «à organização de um plano de actuação conjunta para a elaboração de uma nova regulamentação do exercício profissional (...)»

A este respeito, importa desde já esclarecer que o *ISPA está, hoje como sempre, aberto ao diálogo construtivo* que permita melhorar tanto quanto possível as condições em que os psicólogos, *de agora ou do futuro*, exerçam a sua actividade profissional. Apesar disso, tomo a liberdade de sublinhar, *a título meramente pessoal*, que o ISPA, tal como as Faculdades, são *Escolas, locais de formação*, e não estruturas sindicais ou profissionais. Podem dar sugestões — mas toda a gente pode dar sugestões... Não me parece que tenham alguma outra competência numa matéria para a qual o Sindicato Nacional de Psicólogos está intrinsecamente vocacionado, e que, em última instância, será provavelmente do âmbito da actividade do Ministério do Trabalho.

O ISPA, as Faculdades, as Sociedades e Associações, podem dar opiniões, emitir pareceres, mas nunca — parece-me — centralizar ou co-centralizar (num momento unitário) um processo que basicamente não é da sua competência.

Instituição destinada à formação, é a este nível sobretudo que o ISPA deve intervir, suponho, organizando acções de formação complementar, cursos de pós-graduação, seminários de discussão integrados, destinados aos psicólogos já formados — e é a este nível que tem procedido: os múltiplos seminários, cursos complementares, cursos de pós-graduação, apoio à formação de técnicos do Ministério da Educação, e de professores e de psicólogos, etc., etc., são prova disso.

E queria acentuar que, se digo isto, tal não se deve a nenhuma simpatia particular

pelo Sindicato Nacional de Psicólogos (estrutura pela qual não nutro, também, nenhuma antipatia), mas apenas porque procuro equacionar estes problemas no plano cognitivo, bem ou mal, mas sobretudo não no plano emocional, com maior ou menor depressão, ou no plano dos interesses imediatos de «tertúlias», «capelas» ou grupos maiores ou menores.

Curiosamente, todavia, a moção da APLP, na sua proposta n.º 1, *nem sequer menciona o Sindicato Nacional de Psicólogos*. Dilui-o na moção vaga de «associações profissionais». Já agora, quais são as outras?

Ou seja, para continuar no mundo das metáforas de gosto duvidoso, o Sindicato Nacional de Psicólogos é «reprimido» — mas há sempre que contar com o «retorno do reprimido»...

O mesmo parágrafo da proposta enuncia a ideia de que a regulamentação profissional deve ter em conta «a situação criada com as licenciaturas».

A ambiguidade, de novo. Confunde-se uma moção *académica* com uma moção *profissional*. Não há, nem hoje, nem ontem, nenhuma «situação criada com as licenciaturas».

Há psicólogos, formados *ao longo de 5 anos de Ensino Superior*, no ISPA, ou formados ao longo de 5 anos de Ensino Superior na Faculdade; com estágios de duração idêntica, com áreas de especialização (no ISPA, e em duas das Faculdades, suponho), sem área de especialização (noutra Faculdade). É tudo. *Não há, portanto, no plano profissional, nenhuma novidade com a criação de licenciaturas em Psicologia*.

Os licenciados esquecem, sistematicamente, que a licenciatura é uma *noção académica*, e não profissional — embora tenha, evidentemente, repercussões no plano profissional (os postos de trabalho destinados a indivíduos com uma *formação superior* não são os mesmos que aqueles que estão destinados a indivíduos que não a têm, etc.).

Seriam, contudo, as suas preocupações legítimas se tivessem rivais ainda poderosos, oriundos da bruxaria, das artes mágicas, da astrologia, das ciências ocultas, a quem o Sindicato desse a carteira profissional de Psicólogo. Mas não é esse o caso. Quem tem ou vier a ter a carteira profissional de psicólogo *tem um curso Superior de Psicologia*, traduzindo-se ele por uma licenciatura ou por um diploma de curso superior. Não há portanto motivos para alarme. Apesar de eu não ser para aí chamado, suponho que o Sindicato Nacional de Psicólogos dará a carteira profissional aos licenciados ou diplomados pelo ISPA que respeitem as condições da sua obtenção.

Organização idónea e responsável, não a dará, como nunca deu, repito, aos astólogos, cartomantes, leitores da palma da mão, nem aos possuidores de cursos de curta duração, de bacharelatos, ou equivalente.

Podemos agora pensar, decerto, que os licenciados da APLP não pensam outra coisa relativamente ao Sindicato Nacional de Psicólogos, e a sua preocupação é legítima, mesmo que sem fundamento real. Ilusão momentânea, pois a proposta n.º 2 está lá para nos desiludir com rapidez.

Propõe-se «que a posição da APLP nestas negociações [para regulamentarem a actividade profissional] seja de *maior abertura (sic), salvaguardando, no entanto, de forma inequívoca a necessidade da licenciatura em Psicologia como condição necessária para a obtenção da carteira profissional de Psicólogo*» (! *Sic*, sublinhado meu).

A confusão que referíamos é, então, mais grave do que parecia. Não é dos cartomantes, dos bruxos, dos astrólogos, que os licenciados se querem legitimamente precaver. É dos diplomados pelo ISPA. Já que o ISPA perdura e, pior (!), se desenvolve, nasce, e até se vai implantando na comunidade onde agora funciona, *então a boa tática será a de vedar aos diplomados pelo ISPA o acesso à carteira profissional de psicólogo — tal é a reflexão dos nossos colegas licenciados*.

E com isto, afirmam querer a Unidade, ultrapassar as clivagens do bom seio e do mau seio, assumir as tristezas maturativas da posição depressiva, apostar no diálogo entre psicólogos! Para logo a seguir dizerem que defenderão inequivocamente a posição de que, no fundo, *há psicólogos que são psicólogos* (os licenciados) e *psicólogos que não são psicólogos* (os outros, os diplomados pelo ISPA).

Mais uma vez reafirmo: ou os licenciados, e algumas eventuais «nebulosas» demonstram, sem ambiguidade, que o curso do ISPA, tendo 5 anos, estágio, etc., *não vale nada* — mas então outras vozes mais-do-que-licenciaturais se levantarão, a nível nacional e internacional — ou desistem disso, como parece que desistiram, e se deixam de «truques» como este de só os licenciados terem a carteira profissional. Então, é possível que os psicólogos façam mais pela Psicologia do que aquilo que têm feito.

Mas, como complemento, o ponto 4 da proposta de moção aprovada pela APLP vem aconselhar todos os associados a inscreverem-se no Sindicato Nacional dos Psicólogos. Não é evidente? Se eu estivesse no lugar dos membros da APLP e pensasse da mesma maneira, faria o mesmo. O ritmo de formação de licenciados, sendo inevitavelmente *maior* do que o ritmo de formação de diplomados pelo ISPA, aqueles poderão, a médio termo, dominar as Assembleias Gerais do Sindicato, e introduzir as cláusulas restritivas do acesso à carteira profissional que entenderem. Ontem, a «relação de forças» no Sindicato era «desfavorável» aos licenciados em Psicologia — então recusavam inscrever-se no Sindicato, formaram a APLP, procuraram constituir a Ordem. Hoje, a «relação de forças» é-lhe potencialmente menos «desfavorável», a Ordem fracassou, a Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia não tem relevância profissional — então decidem inscreverem-se no Sindicato. As razões que levaram os licenciados a inscreverem-se no Sindicato são

as mesmas que os levaram, há uns tempos, a não se inscreverem. Se o que estou a dizer é correcto — e admito que não seja, desde que seja demonstrado que de facto não é — posso acrescentar que, em política, isso chama-se oportunismo; e, em psicologia do senso comum, *curteza de vistas*. E curteza de vistas porque invalida um projecto unitário que é de facto necessário, e porque, a tornar-se realidade, levaria para os Tribunais competentes, pela mão de grupos, estruturas, ou mesmo indivíduos interessados, qualquer tradução prática, no contexto *real* da formação *real* de psicólogos *no nosso país* dessa evocada «necessidade de possuir a licenciatura para obter a carteira profissional» (o que não seria, reconheçamos, um espectáculo de grande Unidade).

### III

Falemos, finalmente, claro. O verdadeiro, o grande problema dos licenciados em psicologia, nunca foi o de se verem identificados ou confundidos com «bruxos» ou «bacharéis». Não foi nunca um problema de formação, de competência, ou de qualquer coisa dessa natureza. Essas ideias foram-lhes injectadas por algumas «nebulosas» e tiveram o bom acolhimento que a psicologia das relações inter-grupo faria prever.

O verdadeiro problema dos recém-licenciados é um problema legítimo, e, diria mesmo, vital: é *um problema de postos de trabalho*. Só que as «soluções» que têm vindo a encontrar para esse problema *são as mais erradas que é possível*. Não é o fraco número de psicólogos de educação, de psicólogos sociais e do trabalho, psicólogos clínicos que o ISPA vai lançar no mercado de trabalho no fim do ano lectivo em curso, por exemplo, que, num país como o nosso cria uma concorrência importante. E mesmo que esse número venha a aumentar, nunca será um aumento significativo. Além disso,

é de referir que uma percentagem que não posso agora precisar, mas que é relativamente elevada, é composta por estudantes-trabalhadores. Isto significa que uns tiram o curso de Psicologia para enriquecerem a qualidade da sua intervenção no *posto de trabalho que já ocupam* (caso, *por exemplo*, de gestores de pessoal), outros terão na empresa onde já trabalham uma reconversão da sua actividade. Resta outra parte de diplomados que procurarão emprego após a conclusão do curso. Mas mesmo que o ISPA viesse a lançar para o mercado de trabalho um número maior de psicólogos por ano — o que é difícil, dada a exigência do processo de formação, e o facto de os estudantes-trabalhadores terem sérias dificuldades em acompanharem os ritmos de aprendizagem previstos — mesmo que isso acontecesse, só uma parte dele estaria nas condições dos estudantes não-trabalhadores em busca de um emprego. Seria esta parte dos psicólogos formados pelo ISPA que criaria problemas de emprego aos licenciados em psicologia? Parece-me que não — mas se assim fosse, *competiria ao mercado de trabalho optar, em dar emprego a uns ou a outros, conforme a qualidade da formação, a orientação, o nível de especialização, etc.* E é isso que até aqui tem acontecido. Onde está o problema? Não é essa a situação que enfrenta qualquer indivíduo habilitado com um curso superior no espaço que é o mercado português de trabalho, actualmente? <sup>(2)</sup>

*Mas sobretudo o que é triste é ver que num país onde existe uma carência gritante de psicólogos, tanto a nível clínico (lá no Porto qual é o ratio psicólogo/paciente nas*

*estruturas hospitalares, por exemplo? Aqui, é baixinho...), como a nível social e organizacional (quantos psicólogos existirão a acompanhar os processos de Formação e de reconversão profissional a nível do Ministério do Trabalho, por exemplo?), como a nível da Educação (quantas crianças por psicólogo, neste campo? Quantas escolas por psicólogo? etc.) — o que é triste, dizia eu, num país com uma carência gritante de psicólogos, é ver psicólogos que, para encontrarem emprego, adoptam a estratégia inconsistente de tentar limitar a formação em Psicologia mediante o encerramento de escolas<sup>(3)</sup>, ou de tentar criar dispositivos que impeçam outros psicólogos de aceder à actividade profissional. É triste ver isso, porque não têm força para traduzirem em actos práticos estratégias tão absurdas e injustas em relação a colegas actuais ou potenciais; é triste ver isso, porque a boa estratégia seria a única que tem sentido: realizar todo o esforço para que um maior número de postos de trabalho em psicologia sejam criados. É triste ver isso em qualquer profissão. Só que os psicólogos, após cinco anos de formação na Faculdade — e, agora, formação no sentido mais lato — adoptam modelos de intervenção e de resolução dos seus problemas que parecem não ocorrer a mais nenhuma profissão. Nunca ouvi um economista ou um jurista, por exemplo, reclamar o encerramento da Universidade Católica, por exemplo, ou a limitação do acesso à profissão de estudantes por ela formados, porque há licenciados em Direito sem emprego, ou economistas com actividades profissionais sem nenhuma relação com a Economia.*

---

<sup>(2)</sup> Refira-se, por exemplo, o caso de formação em gestão, assegurada a nível da zona de Lisboa por 4 Instituições de Ensino privadas ou cooperativas e por 3 de Ensino Público; ou o caso de Direito, assegurada, a nível nacional, pelo menos por 3 instituições públicas, e por duas privadas ou cooperativas; etc., etc.

---

<sup>(3)</sup> Com o argumento, entre outros, de que seriam «privadas». Argumento que não tem em conta, inclusive, os princípios constitucionais, e que despreza, da pior das maneiras, o papel dinamizador que, a nível superior, pode e deve ter o Ensino particular e cooperativo.

Imaginem agora que os diplomados pelo ISPA começavam a exigir o encerramento de uma Faculdade, ou duas, porque senão não encontram emprego e, além disso, há Faculdades sem condições adequadas de funcionamento, no plano do espaço ou do equipamento!... Imaginem que o Sindicato passava a vedar o acesso à carteira profissional a psicólogos formados em Escolas onde apenas existe tronco comum, e não há especializações — e assim sucessivamente, outros tantos disparates! Não seria revoltante e absurdo? Era, evidentemente. Os espaços melhoram-se, o equipamento adquire-se, os *curricula* aperfeiçoam-se. E o País precisa de psicólogos, como precisa de todas as outras profissões.

Claro que, nesta matéria, nem aos diplomados pelo ISPA ocorreriam as ideias absurdas acima imaginadas, nem ao ISPA, nem ao Sindicato Nacional de Psicólogos. Apesar de tudo, creio que os diplomados do ISPA, no que respeita aos problemas dos psicólogos, sempre adoptaram uma atitude mais sensata.

Em compensação, os licenciados em Psicologia, no quadro da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia, ao continuar a proceder da maneira que procedem, lançam o descrédito e a desconfiança sobre uma profissão e um corpo profissional que não merece nem um nem outra; apresentam uma imagem de imaturidade ao lidar da forma como lidam com problemas de formação, de emprego, e de relações internas ao corpo profissional. Além do mais, definem linhas de intervenção em modalidades tais que estão condenadas ao fracasso, pelo simples motivo de que lhes faltam três ingredientes essenciais: a Razão, a claridade e o espírito de justiça.

Dito isto, é de esperar que a aposta no Diálogo e na Unidade dos psicólogos se materialize da melhor das maneiras, traduzindo em realidade pelo menos os votos da APLP.

#### IV

A. Chegou-me muito recentemente às mãos um documento intitulado «Relatório da Comissão criada pelo Despacho conjunto ME/MTSS n.º 88/83 de 19 de Setembro». Esse relatório incide sobre a *Orientação Escolar e Profissional no âmbito do Ministério da Educação* (J. Ferreira Marques *et al.*) e foi elaborado por quatro docentes das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa, Porto e Coimbra, em colaboração com três outros técnicos.

Não é objectivo discutir agora as linhas gerais nem as orientações mais específicas presentes nesse documento. Contudo, é de assinalar que a carreira dos *Conselheiros de Orientação escolar e profissional*, tal como é, nesse documento, apresentada, submete-se inteiramente aos interesses dos licenciados em Psicologia pelo Ensino Superior Público. Nele se lê, nomeadamente: «De acordo com as perspectivas actuais da OEP, ao formular a carreira de COEP como sendo de técnico superior, *definiu-se como condição de acesso as licenciaturas em Psicologia já existentes nas Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação...*» (\*)

Tal facto exclui do acesso à carreira quer professores com formação complementar, quer licenciados em Ciências da Educação por universidades nacionais ou estrangeiras (a não ser que se venha a considerar a licenciatura em Ciências da Educação como equivalente a uma licenciatura em Psicologia), quer diplomados em Psicologia por escolas do Ensino não público, como é o caso do ISPA.

Esse documento exclui também a formação dada pelo Instituto de Orientação Profissional, de que, aliás, prevê a extinção, embora com dispositivos transitórios.

Para além disso, «a Comissão ponderou as vantagens e inconvenientes de coexistirem,

---

(\*) Sublinhado meu.

no sistema educativo português, a carreira de COEP, a ser criada, e a carreira de psicólogo escolar, que também não há em Portugal. Considerando razões de ordem científica e razões de natureza económica, optou-se por uma carreira única integrando o leque amplo de atribuições especificado na segunda parte do Relatório», ou seja: *todo o trabalho* de âmbito psicológico a realizar nas escolas deste país ficaria a cargo apenas dos licenciados em Psicologia pelas Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação.

Esperar-se-ia, então, que, «por razões de ordem científica», o acesso à carreira de OEP exigisse uma habilitação específica em Psicologia da Educação ou em Orientação Escolar e Profissional. Tal, contudo, não seria possível, aos olhos da referida Comissão, por existir um conjunto de licenciados em Psicologia sem essa especialização, e inclusive muitos que não a poderiam ter por se haverem formado em Faculdades que a não tinham, ou tinham apenas um tronco comum, sem especialização nítida, do 1.º ao 5.º ano.

A Comissão «resolve» esse problema no ponto 3.2.1. do seu Relatório: «Podem candidatar-se à categoria de COEP de 2.ª classe os licenciados em Psicologia no ramo de orientação escolar e profissional, ou com estágio escolar integralmente realizado em orientação escolar e profissional, ou com estágio integralmente realizado em estabelecimentos do ensino básico ou de educação infantil». Ou seja, salvo interpretação errada, para o acesso à carreira de OEP de 2.ª classe não se exige nenhuma habilitação específica na área de Psicologia da Educação ou de Orientação Escolar e Profissional, sendo suficiente a realização de um estágio em orientação escolar, *ou* realizado em estabelecimentos de ensino básico, *ou* de educação infantil. No plano da formação exigida para o acesso à carreira de OEP, a referida Comissão não se revela muito exigente, a não ser neste ponto inequívoco

de que tal acesso supõe a licenciatura em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

E é tanto mais claramente assim quanto o ponto 3.5.1. indica que se pode candidatar à categoria de COEP de 1.ª classe «o COEP de 2.ª classe com pelo menos 3 anos de serviço» (não contando, para o efeito, o tempo de realização do estágio) *e que tenha obtido um diploma de especialização adequado nas FPCE* (sublinhado meu), acrescentando-lhe, no ponto 3.5.1.1., «a frequência da referida especialização, para os efeitos previstos em 3.5.1. deverá realizar-se após, pelo menos, 1 ano lectivo de actividade como COEP de 2.ª classe, não contando, para o efeito, o tempo de realização do estágio». É, então, claro que se pode ser COEP *sem qualquer especialização na área de Psicologia Educacional ou de Orientação Escolar e Profissional, desde que se seja licenciado* pelas FPCE.

A prova disso é que, para ter acesso à categoria de COEP de 1.ª classe, essa especialização já é exigida, o que sublinha, *a contrario*, o facto de não o ser no caso da COEP de 2.ª classe.

Que razões de interesse nacional, que preocupações com o sistema educativo português poderão estar na base deste raciocínio, é assunto que o cidadão comum gostaria de ver esclarecido, e isto tanto mais quanto o mesmo documento prevê o encerramento do IOP, *e exclui do acesso à carreira de COEP indivíduos com especialização adequada em Psicologia da Educação, embora realizada fora do quadro das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação* (caso dos diplomados pelo ISPA na área da Educação).

Quer isto dizer que, na óptica da referida Comissão, um indivíduo habilitado com a licenciatura em Psicologia em qualquer ramo, obtido após 5 anos de estudo, e *mesmo sem especialização em Psicologia da Educação*, se pode candidatar a COEP, *mas que outro indivíduo habilitado com o*

*diploma do Ensino Superior de Psicologia do ISPA, obtido após 5 anos de estudo e com uma especialização em Psicologia da Educação, e com um estágio na mesma área, não se pode candidatar a essa carreira.*

Qual a lógica que subtece tal raciocínio, qual a razão que o anima, qual o entendimento do aproveitamento dos recursos humanos do país no campo da Psicologia que o sustenta — eis um conjunto de questões que também seria útil esclarecer.

Mas a lógica, a razão, e o entendimento são, para mim, claros: o raciocínio de alguns docentes das Faculdades e de alguns licenciados em Psicologia é o mesmo — os últimos dizem: «Temos de encontrar emprego, seja de que maneira for»; os primeiros dizem: «Temos de encontrar emprego para os nossos estudantes [preocupação legítima] seja de que maneira for» [o que não é sempre legítimo]. Em ambos os casos se vê o mesmo: *o desejo de monopolizar, da mais napoleónica, burocrática e tradicionalista das maneiras, a formação em Psicologia em Portugal*. Se, para isso, for necessário encerrar instituições, agredir corpos profissionais, etc., etc., que se encerrem instituições, que se agridam corpos profissionais, etc., etc.

Para terminar estas considerações gerais, diga-se que, no plano teórico, pelo menos, há lugar para formar pessoal destinado a trabalhar no campo da Psicologia da Educação, independentemente de se possuir ou não uma licenciatura em Psicologia. A prática inglesa (o acesso ao «Diploma of Advanced Studies», por exemplo, em Psicologia da Educação não supõem nenhuma licenciatura em Psicologia ou equivalente), assim como a prática americana (o acesso aos Masters em Psicologia Educacional não supõe uma licenciatura em Psicologia, pelo menos em muitas universidades) demonstram-no. Em matéria de «prática corrente», a Inglaterra, os Estados Unidos e mesmo a França somam, decerto, uma «prática corrente» mais corrente do que aquela a que

a Comissão parece referir-se. Isto independentemente do valor relativo das «práticas correntes», o qual seria inoportuno discutir aqui.

Mais uma vez afirmo: o valor dos profissionais mede-se, sobretudo, pela riqueza da sua formação, e não pelos papéis e tipo de diplomas que possuem ou não.

No caso em discussão, seria talvez expressão de um espírito mais aberto indicar que o acesso à carreira de COEP *supõe um curso superior na área de Psicologia da Educação ou de Orientação Escolar e Profissional, ou uma formação complementar num quadro dos Institutos já existentes (caso do IOE)* — e, caso eles funcionem mal, que se redimensionem e redimensionem — deixando à entidade empregadora o cuidado de, em função da sua própria experiência, empregar quem considerar mais conveniente. Isto levaria a uma concorrência leal e dinamizadora entre instituições de formação, a um disciplinamento mútuo e a um enriquecimento do respectivo potencial de formação.

*As perspectivas enunciadas pela Comissão cujo documento é aqui referido, são inversas: procura a exclusividade, a protecção estatal, o confronto das burocracias*. Provavelmente, o que está em causa, em última instância, são duas concepções de formação universitária, duas concepções do papel do Estado e das suas instituições, duas concepções da dinâmica social e do seu entrecruzamento com o Sistema de Ensino.

B. Finalmente, não queria deixar de sublinhar o *espanto* com que se lê o conteúdo do ponto 8.1.1. do Relatório sobre a *Orientação Escolar e Profissional no Âmbito do Ministério da Educação*: «Que o presente relatório seja objecto de consulta e parecer a emitir, no prazo máximo de trinta dias, pelos seguintes organismos: Inspecção Geral do Ensino, Direcções Gerais do Ensino, Instituto de Acção Social Escolar, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação das Universidades de Coimbra, Lisboa

e Porto, Instituto de Orientação Profissional, Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia, Associação Portuguesa de Orientadores Escolares, Secretariado Nacional das Associações de Pais e outras entidades interessadas.»

Em primeiro lugar, assinale-se a dimensão tempo: o Despacho Conjunto ME/MTSS n.º 88/83 é assinado pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Segurança Social, em 19 de Setembro de 1983. No seu ponto 3 indica: «Dentro do prazo de 60 dias, a Comissão deverá apresentar o respectivo relatório.» O Relatório é apresentado em 13 de Janeiro de 1984, ou seja, praticamente quatro meses após a nomeação da Comissão, e praticamente com dois meses de atraso em relação aos prazos indicados no próprio despacho. Apesar disso, o próprio relatório sugere que se limite a 30 dias o prazo para um conjunto relativamente vasto de organismos se pronunciarem sobre o assunto.

Em segundo lugar, e sobretudo, a Comissão *não sugere consulta nem ao Sindicato Nacional dos Psicólogos, nem ao ISPA* — que, bem ou mal (não é isso que agora está em causa) são organismos que, no plano profissional ou no plano de formação, teriam inevitavelmente opiniões com eventual interesse a auscultar — quer pelas tradições, quer pela responsabilidade que têm, quer ainda (sobretudo no caso do Sindicato Nacional de Psicólogos) pelos profissionais com respeitável experiência no campo educativo que possam congregar.

Mas a Comissão não considera nem o Sindicato Nacional de Psicólogos, nem o ISPA, dignos de serem escutados. Nem tão-pouco, diga-se de passagem, a Federação Nacional de Professores, não sendo licenciados em Psicologia, deveriam ter uma palavra a dizer sobre o assunto. Não considera — ou dilui estes organismos ou instituições na noção vaga de «outras entidades interessadas».

*Mas não se esquece da Associação Por-*

*tuguesa dos Licenciados em Psicologia*, por exemplo. Embora a Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia me mereça o maior respeito, parece-me atingir a *esfera do absurdo* colocá-la ao lado de organismos como a Inspeção Geral do Ensino, as Direcções Gerais do Ensino, etc., e esquecer o Sindicato Nacional de Psicólogos, o ISPA, a Federação Nacional de Professores, etc. É que, não esqueçamos, a Associação Portuguesa dos Licenciados em Psicologia congrega licenciados com inevitavelmente curta experiência profissional (três anos, no máximo), quando não sem nenhuma experiência profissional.

Mas a Associação Portuguesa dos Licenciados em Psicologia está no «in-group»; e isso é razão suficiente para a considerar parceiro válido!...

Pergunta-se: a pensar desta maneira *nestas coisas*, será possível pensar de forma independente e tendo em conta os interesses da profissão e do País em outras? Pelo menos guardamos a esperança que seja.

Quanto à Universidade defendida e ao Diálogo dito desejado, parece-me que a sua natureza está mais uma vez esclarecida, agora tanto no que respeita ao licenciado em Psicologia pela FPCE (tal como se expressam pela voz da APLP), como em relação a alguns dos seus docentes.

Parecendo aqui aquela velha e curiosa ideia designada por Teoria da Recapitulação de Haeckel, as últimas licenciaturas a serem criadas têm ainda uma noção de que são alguma coisa de *especial*, tal como, em tempos idos, acontecia com as outras licenciaturas.

*Mutatis mutandis*, aplica-se à forma como a licenciatura em Psicologia é pensada por muitos que a recebem e por outros que a dão, aquilo que Eça de Queirós, no século passado, enunciava:

*«A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre estudantes e*

*futricas, entre os que apenas vivem de revolver ideias ou teorias e aqueles que vivem do trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas classes — uma que sabe, outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo*

*a mão, opera, veste, calça, nutre e paga a primeira. Dois mundos — como diz o nosso poeta Gavião — que não se podem confundir e que, vivendo à parte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um, com o título egrégio de Bacharel, outro com o nome emblemático de Futrica.»*